



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

Circular nº 01/AQUASEG/AQUALAB/06/13

1

DE: Eduardo Antonio Temponi Lebre, Dr.
Professor Associado II/DIR/CCJ
Coordenador AQUASEG/AQUALAB

Assunto: Laboratório de Estudos em Direito Aquaviário e Ciência da Navegação

Apresentação do Laboratório de Estudos em Direito Aquaviário e Ciência da Navegação, estruturado em dois núcleos. Efetivamente trabalhamos pela articulação interinstitucional, para criar um grupo interdisciplinar e multidisciplinar de trabalho, em rede na interface de diferentes áreas do conhecimento, com enfoque na modernização, criação e ampliação de assuntos relacionados aos meios aquaviários.

AQUASEG – Núcleo de Segurança Aquaviária (Anexo I)

AQUALAB – Núcleo de desenvolvimento do transporte aquaviário brasileiro (Anexo II)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

ANEXO I - AQUASEG – Núcleo de Segurança Aquaviária

Missão

No âmbito da sua atividade propõe-se:

- Desenvolver pesquisa, ensino e extensão visando à segurança da navegação (maritime safety): no trabalho, no meio ambiente, nos serviços gerais e na atividade de esporte e recreio nos meios aquaviários.
- Criar grupos interdisciplinares e multidisciplinares de trabalho, em rede na interface de diferentes áreas do conhecimento.
- Realizar projetos de investigação, teórica e aplicada, colaborar em cursos pós-graduação e organizar congressos, seminários, conferências e debates.
- Editar textos e publicações e promover a criação de bibliotecas videotecas e mídiotecas especializadas.
- Procurar estabelecer parcerias com instituições nacionais e estrangeiras, civis e militares, com as quais possa desenvolver projetos.
- Criar oportunidades para a realização de trabalhos de investigação de âmbito acadêmico, devidamente orientados, para os alunos da graduação em ensino superior e técnico.

Histórico

Iniciou suas atividades em 2003, com a Pesquisa sobre “Apuração de infrações à legislação marítima de competência da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina.” Em 2008, concluiu o estudo sobre o Inquérito Naval e a aplicação da legislação pelas Capitânicas dos Portos, em especial, a legalidade dos atos de fiscalização, vistorias e registro sobre as embarcações. Em 2011, objetivando a educação informativa na área da pesca artesanal, principalmente, na segurança da navegação e em assuntos relacionados à atividade de regulamentação profissional, segurança do trabalho, previdência social e o acesso ao conhecimento de atuais tecnologias para prevenção de acidentes.

2



Áreas

Legislação e procedimentos de busca e salvamento; legislação do tráfego aquaviário; procedimentos e normas da Autoridade Marítima (NORMAM); legislação e responsabilidades dos aquaviários; processos administrativos (IAFN) e investigação de acidentes e incidentes da navegação; legislação trabalhista dos marítimos e dos pescadores. Responsabilidades dos amadores; legislação sobre Ensino Profissional Marítimo. Responsabilidades Cíveis e Penais dos aquaviários; acidentes e fatos da navegação e outras atribuições da Autoridade Marítima e do Tribunal Marítimo.

3

Visão do futuro

- Efetividade da Estratégia Nacional de Defesa, aprovada em 18 de dezembro de 2008, pelo Decreto Federal nº 6703, integração civil – militar;
- indispensabilidade do papel das Instituições Federais de Ensino Superior no aumento da participação de civis nos assuntos de Defesa Nacional e a dualidade civil-militar;
- otimização dos esforços em Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa;
- maior integração entre as instituições científicas e tecnológicas, tanto militares como civis e a indústria nacional de Defesa;
- integrar em ações de treinamento para Defesa as Instituições Federais de Ensino Superior, em situações de emergência, calamidade pública e busca e resgate na dualidade civil-militar com a cooperação do Ministério da Defesa e Ministério da Educação;
- realização de pesquisas de uso dual e projetos de desenvolvimento de produtos e ações de interesse da defesa nacional da Diretriz 20 que visa ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento.



Justificativa

É tarefa prioritária para o País o aprimoramento dos meios existentes e da capacitação do pessoal envolvido com as atividades em situações de emergência, calamidade pública e busca e resgate no território nacional, nas águas jurisdicionais brasileiras e nas áreas pelas quais o Brasil é responsável, em decorrência de compromissos internacionais.

4

Papel do Governo e das Universidades Federais

Um interesse estratégico do Estado é a formação de especialistas civis em assuntos de defesa. No intuito de formá-los, o Governo Federal deve apoiar, nas universidades, um amplo espectro de programas e de cursos que versem sobre a defesa e promover maior integração e participação dos setores civis governamentais na discussão dos temas ligados à Defesa, assim como a participação efetiva da sociedade brasileira, por intermédio do meio acadêmico e de institutos e entidades ligados aos assuntos estratégicos de defesa.

Em Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT)

Planejamento nacional para desenvolvimento de produtos de alto conteúdo tecnológico, com envolvimento coordenado das instituições científicas e tecnológicas (ICT) civis e militares, da indústria e da universidade, em áreas prioritárias e suas respectivas tecnologias de interesse e a criação de instrumentos de fomento à pesquisa de materiais, equipamentos e sistemas de emprego de defesa ou dual.

Ensino e fomento à formação de recursos humanos

A primeira prioridade do Estado na política dos três setores estratégicos será a formação de recursos humanos nas ciências relevantes. Para tanto, ajudará a financiar os programas de pesquisa e de formação nas universidades brasileiras e nos centros nacionais de pesquisa e aumentará a oferta de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento nas instituições internacionais pertinentes. Essa política de apoio não se limitará à ciência aplicada, de emprego tecnológico imediato. Beneficiará, também, a ciência fundamental e especulativa.



Ações imediatas do AQUASEG

- Disponibilizar para comunidade universitária, para a sociedade e para os integrantes das Forças Armadas a matrícula em disciplina. Direito Aquaviário I – 36 horas-aula. Ementa. Direito do Mar. A Constituição e a soberania em águas territoriais. Espécies de navios. Tipos de navegação. A marinha de guerra e a marinha mercante. O Poder Marítimo e o Poder Naval. NORMAM (Normas da Autoridade Marítima) e os seus órgãos, competência para a segurança do tráfego aquaviário, salvaguarda da vida humana, formação de tripulação da marinha mercante e outras atividades. Inquérito Administrativo Naval e o Tribunal Marítimo na apuração de acidentes e fatos da navegação.

Projetos realizados

- Capacitação e habilitação (ETSP e ECSP/2012). A Marinha do Brasil ministrou os Cursos especiais para o serviço público, realizado pelo Ensino Profissional Marítimo da Capitania dos Portos de Santa Catarina, com solicitação e organização do AQUASEG e do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC, local onde foram feitas as aulas teóricas.

- 30º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul. Rio Grande, RS, no período de 03 a 05 de setembro de 2012. Conteúdo sobre a importância de uma atitude voltada para segurança da navegação.

- VI Ciclo de Debates sobre a Segurança da Navegação: Busca e Salvamento no Mar (SAR), evento realizado no dia 16 de maio de 2012, no Auditório do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), gravado pelo LED/UFSC.

<http://www.aquaseg.ufsc.br/videos-2/1282-2/>

<http://www.youtube.com/channel/UCJH-qXy23iC0-NSwUOVsQ/videos>

- V Ciclo de Palestras e Debates Sobre Desenvolvimento do Transporte Aquaviário e da Atividade de Pesca. Sistema Jurídico de Financiamento e Estímulo Para o Setor da Renovação da Frota Pesqueira Profissional Costeira, 8/12/2011 18h30min. UFSC, CCJ, Sala 113, Campus Trindade, Florianópolis.

- Portões Abertos (FAB/BAFL), nas comemorações da Semana da Asa. Participação do AQUASEG no evento de 9/10/2011, estande para divulgação dos trabalhos de pesquisa e de extensão realizados na área da segurança da navegação.



- 29º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul. Foz do Iguaçu – PR. 22 a 24 de agosto, 2011. Apresentação de oficina para alunos do ensino fundamental sobre a segurança náutica para banhistas e pescadores amadores de rios.

- Projeto de Extensão Pescador Seguro, PROEXT/2010 executado em 2011. Ensino, pesquisa e extensão, criação de material didático, multimídia sobre a segurança da navegação e a pesca artesanal.

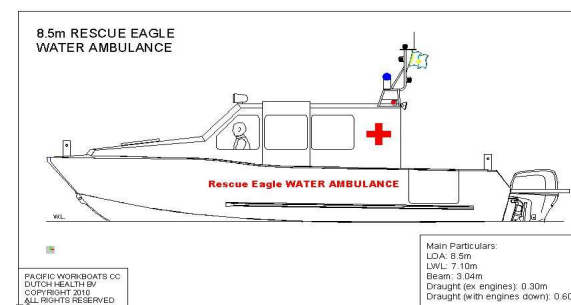
Resultados

- Cartilha do Pescador Seguro. Material instrucional de educação continuada, que atende o trabalhador em suas múltiplas atividades nas relações jurídicas, sociais e o contato com os órgãos públicos relacionados à pesca artesanal, a cartilha é feita em material resistente a água.

- Curso do Pescador Seguro. Aulas expositivas e interativas sobre atividade da pesca artesanal, disponibilizada em DVD e site institucional.

Projetos futuros

- RESGATE MARÍTIMO/UFSC. Participação no Edital do CT - Aquaviário do FINEP/CNPQ ou em outras linhas de fomento para aquisição de embarcação e formação de tripulação da UFSC com o objetivo de realizar ensino, pesquisa e extensão em ações de busca e resgate e desenvolver parcerias nacionais e internacionais para tornar-se um centro de referência da participação civil em SAR, simuladas e reais, inclusive, com atendimento pré-hospitalar (APH).





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

- APOIO MARÍTIMO/UFSC. Participação no Edital do CT - Aquaviário do FINEP/CNPQ ou em outras linhas de fomento para aquisição de embarcação e formação de tripulação a fim de que a UFSC possa realizar ações de apoio à pesquisa em áreas relacionadas ao mar e águas interiores navegáveis.

7



Navio de apoio marítimo e portuário



Lancha de apoio marítimo e portuário



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

AQUALAB – Núcleo de desenvolvimento do transporte aquaviário brasileiro (Anexo II)

8

Atividade

- Desenvolver pesquisa, ensino e extensão visando o desenvolvimento do transporte aquaviário.
- Pesquisar a viabilidade de empreendimento de transporte marítimo engajados na navegação de cabotagem.
- Pesquisar a viabilidade de transporte para passageiros e cargas leves em navios da classe RO/PAX.
- Pesquisar o mercado consumidor, a comparação peso/preço/capacidade e total de carga, a integração multimodal, a urbanização das cidades com sistema portuário para passageiros e cargas leves.

Projeto de Pesquisa 2013/2014

Título

Desenvolvimento do transporte aquaviário brasileiro (DTAQUA)

Palavras-chave

Cabotagem, carga, passageiro, transporte, viabilidade, empreendimento

Coordenador

Eduardo Antonio Temponi Lebre, Dr.

Grupos de pesquisa CNPq

Laboratório de Estudos em Direito Aquaviário e Ciência da Navegação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

Objetivo geral

Pesquisar a viabilidade de empreendimento de transporte marítimo em navegação de cabotagem, para passageiros e cargas, que consiste no deslocamento entre portos ou pontos do território brasileiro utilizando o mar e as águas interiores navegáveis.

9

Objetivos específicos

Pesquisar os *ferries* que transportam veículos e passageiros em viagens curtas que são designados por RO-PAX e o *car carrier* especializado no transporte de automóveis de fábrica em viagens longas, o seu mercado consumidor, a sua comparação “*peso/preço/capacidade/total*” de carga, a sua integração multimodal, a forma de urbanização das cidades com sistema portuário que o atenda satisfatoriamente.



RO-PAX Ferry